

**REPERTÓRIOS DE AÇÕES COLETIVAS NO PROCESSO ORGANIZATIVO DOS
ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPEBI**

VENÍCIOS OLIVEIRA ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

MARIA GRACINDA CARVALHO TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de estudos, o que possibilitou a realização desta pesquisa.

REPERTÓRIOS DE AÇÕES COLETIVAS NO PROCESSO ORGANIZATIVO DOS ATINGIDOS PELA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPEBI

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre populações atingidas por barragens para a produção de energia vêm sendo objeto de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas tanto na literatura nacional quanto internacional, tomando vulto desde as últimas décadas do século XX.

Com a intensificação dos programas energéticos do país, outras áreas do conhecimento e campos disciplinares, passaram a se interessar pela temática, explorando as abordagens sociais, culturais, ambientais, de ocupação territorial, de direitos humanos, e de políticas públicas, gerando uma complexificação da literatura sobre o objeto de maneira a apontar para as profundas mudanças provocadas nos territórios envolvidos nos projetos hidrelétricos e na vida de grupos sociais e populações inteiras afetadas por esses projetos industriais.

Muitos desses estudos originaram-se em núcleos de pesquisa acadêmicos, que, ao divulgarem suas pesquisas, possibilitaram acesso às informações necessárias sobre os empreendimentos e também serviram de pressão junto ao setor elétrico brasileiro – a *holding* do setor, a Eletrobrás e suas empresas concessionárias. Como resultado dessa pressão e por exigência do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente, passaram a contratar, a partir da segunda metade da década de 1980, Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) desses empreendimentos, alguns dos quais receberam colaborações científicas de universidades. Dessa forma, os estudos ambientais que eram realizadas até então, através de contratação de consultorias internacionais pelo setor elétrico tiveram que se enquadrar nas diretrizes dos EIAs e RIMAs propostas pelo CONAMA (TEIXEIRA, 1995). Esse acesso a informações, desde então vem beneficiando as organizações dos atingidos e dando subsídios aos “repertórios de ações coletivas” (TILLY, 1978) dessas organizações, frente às suas reivindicações para o reconhecimento de direitos, diante da construção de projetos hidrelétricos.

A Usina Hidrelétrica de Itapebi, localizada no município do mesmo nome, no estado da Bahia, foi construída para atender as demandas por energia elétrica das Empresas Petroquímicas do Brasil (EPB) na cidade de Salvador e de outras empresas do Polo Petroquímico de Camaçari-BA. A barragem inundou áreas urbanas e rurais do município de Salto da Divisa em Minas Gerais, além de áreas rurais de três municípios baianos, Itapebi, Itarantim e Itagimirim. Destaca-se na pesquisa o município mineiro de Salto da Divisa que foi o único em que os atingidos se organizaram em função das suas reivindicações frente ao empreendimento.

Há décadas que o Estado brasileiro através da sua política energética vem desenvolvendo um forte marco legal para garantir a construção de usinas hidrelétricas, desde o planejamento, concessão, licenciamento, liberação da obra e recursos financeiros necessários sob o argumento de que é uma “energia limpa”, mais segura, mais duradoura e menos custosa quando comparada com outras formas mais tradicionais de geração de energia; a hidroeletricidade tem sido o meio mais utilizado no país para suprir sua demanda por energia, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2015). Por outro lado, os governos não criaram canais institucionais que viessem atender as demandas das populações envolvidas, ou mesmo, apresentar uma política pública específica sobre as questões que contemplassem de forma justa os direitos e/ou medidas compensatórias dos atingidos.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento social popular nacional que defende diversas pautas em favor dos atingidos por barragens nas esferas local, regional e nacional. Registros em documentos do MAB falam que ao longo dos anos, populações atingidas por barragens alcançaram algumas conquistas, como o caso dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Itá, por exemplo, mas não conseguiram que seus direitos fossem

reconhecidos como parte de uma política pública de governo (MAB, 2013). Mais recentemente, o MAB tem reivindicado a aprovação, como política pública, da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que foi elaborada conjuntamente entre representantes do MAB e sua acessória jurídica e científica, com a colaboração de ONGs. Os principais pontos defendidos na PNAB são: o reconhecimento dos direitos dos atingidos, a instituição de um marco legal, a criação de um órgão do governo responsável pela política, com a representação e participação efetiva dos atingidos e que sejam definidas as fontes de financiamento para a realização dessas demandas (MAB, 2013). O movimento nacional dos atingidos, com o apoio dos movimentos regionais e locais, pleiteia que essa política seja um instrumento legal a ser seguido por qualquer empresa do setor elétrico na construção de barragens em todo o território nacional.

Apesar de se reconhecer a importância do Movimento dos Atingidos por Barragens como protagonista nacional, compreende-se que ocorreu um protagonismo autônomo na organização política local durante mais de 20 anos que antecederam a entrada do MAB no município, em 2015. Com base nessa situação, a pesquisa parte do pressuposto de que os repertórios de ações coletivas no processo organizativo dos atingidos pela barragem de Itapebi se constituem importantes pilares para o fortalecimento do MAB, corroborando a força do protagonismo local capaz de sustentar ao longo de décadas as motivações políticas dos atingidos.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Com base na discussão apresentada na introdução desse trabalho, delineou-se o seguinte problema de pesquisa: qual é a contribuição dos repertórios de ações e suas motivações políticas no processo organizativo local dos atingidos pela barragem de Itapebi?

Nesse sentido, privilegiou-se no presente estudo identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela barragem de Itapebi e o seu papel no processo organizativo desses atingidos a partir da experiência de Salto da Divisa - MG, a base empírica do estudo. Para explorar o problema de pesquisa e atingir seu objetivo, cabe compreender que o processo organizativo, também conhecido na literatura especializada como *organizing*, significa o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (CZARNIAWSKA, 2008). Entende-se também que os “repertórios de ações coletivas”, cujo conceito, de autoria do sociólogo americano Charles Tilly, advém do campo da teoria da sociologia política dos movimentos sociais, cujo significado é “um conjunto de formas de ação” em que há motivação política; “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns num dado momento histórico” (TILLY, 1978, p. 151-152). Os repertórios de ação dos grupos sociais envolvidos pela barragem de Itapebi foram emergindo ao longo da organização dos envolvidos que foram se percebendo como atingidos pela instalação desse empreendimento.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Repertórios de ações coletivas: uma abordagem introdutória

Os repertórios de ações coletivas são estudados nessa pesquisa devido a sua potencialidade explicativa para compreender as formas de ações utilizadas na organização dos atingidos por barragens.

Embora haja na literatura brasileira diversos intérpretes de Tilly, houve uma grande demora no país e na América Latina como um todo para a disseminação das suas teorias, dentre elas, a dos os repertórios de ações coletivas. Essa demora deve-se a fatores como: (i) sentimento anti-imperialista no meio acadêmico latino-americano nas áreas de ciências humanas e sociais; (ii) crítica à corrente estruturalista à qual estavam associadas teorias de Tilly; (iii) a resistência dos estudiosos quanto a perda de referência da literatura marxista, ou como muitos se referiram a isso, à “morte do marxismo”; (iv) a influência de Alain Touraine e outros autores das teorias

dos “novos movimentos sociais”; (v) a pouca preocupação no ambiente acadêmico da América Latina com teorias produzidas por autores dos movimentos sociais norte-americanos (BRINGEL, 2012) e (vi) desconhecimento de que a obra de Tilly era muito abrangente, não necessariamente atrelada apenas ao estruturalismo (ALONSO, 2012). Esses fatores contribuíram para que, até 1990 a teoria da mobilização de recursos e a teoria da mobilização política tivessem pouca abertura nos debates brasileiros e regionais. Nesse sentido, um grupo de autores, liderado por Tilly em parceria com Tarrow e McAdam que pesquisavam sobre os repertórios de ações coletivas e os movimentos sociais procuraram estabelecer uma nova agenda de pesquisa mais ampla e relacional sobre as ações coletivas. Apesar da construção dessa nova agenda que gerou uma grande repercussão internacional, a mesma não foi disseminada de forma sistemática no Brasil (BRINGEL, 2012).

A principal vertente dos estudos de Tilly (1978) engloba as diversas formas de manifestações e conflitos entre grupos da sociedade, sendo que, os estudos do conflito, da violência política e do repertório de ação coletiva são os elementos centrais que Tilly sugeriu para que os processos de mudança do Estado fossem compreendidos como muito mais contingentes, transitórios e reversíveis do que os seus estudos prévios sobre desenvolvimento político. Outra contribuição clássica de Tilly consiste na fácil codificação do conhecimento dos historiadores sociais e políticos sobre as várias formas de ação coletiva, bem como a generalização das perguntas sobre as causas, mudanças e variações dessas formas de repertórios de ações coletivas, propondo assim, uma hipótese de que a história de contestação limitava as opções de ação disponíveis no presente. Nesse contexto, um elemento central para a interpretação de Tilly consiste numa abordagem contingente, interativa, complexa, relacional da história e dos processos sociais (BRINGEL, 2012).

As explicações históricas dos repertórios de ações coletivas precisam se conectar a explicações políticas no seu tempo. Em busca das explicações históricas esses repertórios se encontram atrelados aos movimentos sociais. Nesse sentido Tilly (2010) elenca seus principais argumentos: a) desde suas origens no século XVIII, os movimentos prosseguiram não como performances isoladas e sim como campanhas interativas; b) os movimentos sociais possuem uma combinação de três tipos de reivindicação: programa, identidade e posição; c) a evidência das reivindicações de programa, identidade e posição variam expressivamente entre os movimentos sociais, os reivindicantes dentro dos movimentos sociais e entre as fases desses movimentos; d) a democratização é responsável pela formação de movimentos sociais; e) os movimentos sociais afirmam a soberania popular; f) os movimentos sociais quando comparados às formas de política popular e de base local dependem dos fatores políticos e culturais para sua escala, durabilidade e efetividade; g) os movimentos sociais quando estabelecidos num cenário político, a modelagem, a comunicação e a colaboração facilitam sua adoção em outros cenários conexos; h) as formas, o pessoal e as demandas dos movimentos sociais mudam e evoluem com o tempo.

Tomando essas explicações históricas de Tilly (2010), Alonso (2012) explica que, Tilly construiu a sua Teoria da Mobilização Política (TMP), afastando explicações economicistas, deterministas e psicossociais da ação coletiva. Com isso, surgiu a noção de repertórios de ações coletivas. Ainda segundo a autora, “Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como *formas* de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito; abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares” (ALONSO, 2012, p. 32).

Os repertórios, assim como as associações com finalidades específicas, as reuniões públicas, as marchas e outras diversas formas de ação política já existiam antes de sua combinação no interior dos movimentos sociais. Essa combinação dos repertórios com as demonstrações no interior das campanhas criou os aspectos distintivos do movimento social (TILLY, 2010). Lüchmann (2016) observou a importância do associativismo para gerar

consciência coletiva e mobilizar para a ação. Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009) as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais se tornam formas de repertórios que ligam reivindicadores aos objetos de suas reivindicações. Essas ações variam desde a criação de associações ou partidos de interesses, reuniões públicas, demonstrações, passeatas, campanhas eleitorais, comprometimento para fazer petições, pressão, ocupação de terras e edificações, programas de publicações, formação de organizações de serviço público até construção de barricadas, entre outras ações pontuais.

Em seu desenvolvimento, as ações coletivas podem ser explicadas, segundo Tilly (2010), conforme abaixo:

Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de *campanha*); O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de *repertório dos movimentos sociais*); e representações públicas [...] (TILLY, 2010, p. 136-137).

Os repertórios são expressões da interação histórica e atual dos movimentos sociais e dos seus oponentes. Surgem quando existe uma situação propícia que norteará o repertório a ser construído. Numa visão estratégica, esses oponentes reagem à propagação de um novo repertório por meio da repressão, e muitas vezes utilizando estratégias de controle social com objetivo de transformar um novo repertório num repertório convencional (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Diante das críticas dirigidas às formas de ação coletivas, o próprio Tilly revisou essa abordagem concluindo que essas formas de ação coletivas não eram excludentes umas às outras (BRINGEL, 2012). Com isso, a noção de repertórios de ações coletivas se consolidou nas teorias das ações coletivas, servindo assim para:

[...] observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada (BRINGEL, 2012, p. 46).

Mesmo com o entendimento de que esses repertórios são limitados, Tilly salienta que os repertórios são contingentes, tendo em vista que a ocorrência de variações depende da flexibilidade ou rigidez do repertório, bem como da inovação dos grupos sociais envolvidos, lugar e momento histórico em que esses repertórios são utilizados (BRINGEL, 2012). No conjunto desses repertórios de ações coletivas podem se destacar também os protestos, passeatas públicas, panfletagem, as marchas, boicotes, greves, abaixo assinados, cartas de manifesto, ofícios enviados às autoridades, audiências públicas, ações judiciais, comícios, ocupações, entres outros.

Em seu livro, o clássico *From mobilization to revolution*, de 1978, dedicado a construir sua teoria da mobilização política TMP, surge de forma generalizada, o primeiro conceito de repertórios de ações coletivas de Tilly:

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas podem, em princípio, empregar seus recursos ao perseguir fins comuns. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978, p. 151-152, tradução Alonso, 2012).

Segundo Alonso (2012), embora esse conceito tivesse recebido notoriedade nessa obra clássica de Tilly, a noção de repertório já vinha sendo difundida desde 1976, como uma forma

de ação reiterada em diversos tipos de conflitos, na abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação e privilegiando atores singulares. Contudo, ao longo de trinta anos, esse conceito foi sofrendo diversas modificações, apresentando uma abordagem mais relacional e interacionista, privilegiando as experiências que as pessoas têm com situações conflituosas, e o uso e a interpretação dos planos ou roteiros em performances. Tilly manteve essa nova abordagem até seus últimos trabalhos em 2008 quando veio a falecer.

Essas modificações podem ser vistas nos estudos de Tilly a partir da década de 1990, principalmente com a revisão do conceito de repertório em que segundo Alonso (2012), trouxe uma nova definição:

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de *rotinas* que são aprendidas, compartilhadas postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, 1995, p. 26, *apud* Alonso, 2012, p. 26, tradução e grifo da autora).

De acordo com McAdam, Tarrow e Tilly (2009) os repertórios materializam a articulação entre a inovação e persistência, refletindo suas diferentes ideias. A eficácia de um repertório resulta de sua novidade, de sua habilidade, da sua temporalidade, da capacidade de pegar desprevenidos os seus oponentes ou autoridades. Nesse sentido, os repertórios têm a função de encorajar a persistência e manter a resistência.

Numa abordagem mais recente, Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) mostram que o conceito de repertório de ação coletiva tem sido utilizado para explicar como os movimentos sociais têm buscado responder aos desafios da ação coletiva em diversos contextos. Complementando esse conceito, Lüchmann, Schaefer e Nicoletti (2017), salientam que um repertório possibilita identificar várias formas de ação, ou a diversidade da atuação associativa, e que está relacionado não apenas aos diferentes perfis, objetivos e recursos das associações, como também aos contextos, regras e espaços institucionais disponíveis.

A maioria das pessoas que participa de uma ação coletiva está inserida em comunidades das quais derivam os significados e identidades importantes para suas vidas. Mesmo sem avaliar os custos e benefícios, as pessoas agem para confirmar as ideias centrais dos seus significados e identidades em suas vidas, principalmente quando existem modelos disponíveis de repertórios e reivindicações inseridos na história dos grupos (McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Se levarmos em conta que os movimentos sociais estão representados simplesmente pelas suas identidades e interesses, ficaríamos limitados a estudá-los apenas através de seus respectivos documentos, suas declarações públicas e por meio das negociações de suas identidades coletivas. Contudo, para, além disso, os movimentos sociais conectam as suas reivindicações coletivas às autoridades mostrando que a população é merecedora, unificada, numerosa e comprometida. Isso leva os movimentos em direção às ações públicas - as *performances*- que os próprios movimentos sociais apresentam, seja para sinalizar suas demandas às autoridades como também para criar e manter adeptos (McADAM; TARROW; TILLY, 2009). Os movimentos sociais não são qualquer ação popular empreendida por qualquer causa a todas as pessoas e organizações. Estão voltados para a combinação dos aspectos de campanha, repertório e demonstrações de ações coletivas (TILLY, 2010).

3.2 O processo organizativo conectado aos repertórios de ações coletivas dos atingidos

Na área da Administração, uma organização pode ser definida por meio de suas formas burocráticas de organizar que atenda aos interesses e espaços dominados pelo mercado. Esse tipo de organização é chamado de hegemônico pelo fato de ser caracterizada como um modelo que predomina no mercado através da competitividade, do consumo e de todos os processos

que são fundamentais para as tomadas de decisões, que se configuram na reprodução de um processo individualizado e dominante (MISOCZKY; FLORES; BOHM, 2008). Para Misoczky (2010) o conceito de organização hegemônica retira os indivíduos das suas relações sociais. Essa exclusão é a base interna ou externa que geralmente é aplicada ao relacionamento da organização com a sociedade. Com isso, separando os indivíduos e organizações das relações sociais, “a vertente dominante dos Estudos Organizacionais precisa se ocupar com o estabelecimento de conexões artificiais - entre o indivíduo e a organização e entre a organização e o ambiente - para reconectar o que ela mesma artificialmente rompeu” (Misoczky 2010, p. 14). Nesse sentido, Misoczky; Flores e Bohm (2008) criticam o modelo hegemônico de organização, afirmando que:

[...] A organização hegemônica continuamente tenta naturalizar e essencializar a si mesma como a única forma pela qual o organizar pode ser articulado – tornando invisível, não-existente, a multiplicidade de diferentes mundos organizacionais. Portanto, uma das ações políticas mais básicas e urgentes é desnaturalizar a articulação hegemônica da organização. Este é um ato de exposição que torna possível a imaginação de diferentes mundos e sociedades (MISOCZKY; FLORES; BOHM, 2008, p. 182).

Contrastando com a forma hegemônica de organização, vem ganhando notoriedade ao longo dos anos nos Estudos Organizacionais, outra proposta que contesta o discurso da organização dominante, é a chamada organização alternativa ou coletiva, também denominada por Serva (1993) de “organização substantiva”. Para o referido autor, a organização “alternativa”, diferentemente da organização “dominante”, não visa lucro e está inserida em espaços em que a produção do conhecimento é elaborada pelos próprios membros por meio de suas práticas e não por planejadores como na organização hegemônica.

Nessa direção, Misoczky (2010, p. 27) explica: “Organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático - para nós esse modo de organizar é tomado como sinônimo de prática gerencial. Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”.

Nesse sentido, é preciso que tenhamos fontes de inspiração de organização alternativa para a desconstrução do discurso da organização hegemônica. Pautados nesse conceito, é possível argumentar que algumas dessas fontes de inspiração vêm dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Via Campesina, do Movimento Latino Americano dos Atingidos por Barragens (MAR), dos movimentos indígenas e povos originários entre outros, que são exemplos de organizações alternativas que contribuem para a disseminação do discurso contra hegemônico (MISOCZKY, 2010).

Alinhados ao sentido atribuído ao termo organização de Misoczky (2010), resgata-se aqui a noção de organização que se imprime nesse trabalho, conforme definido na introdução e que diz respeito não somente às entidades que formam o movimento dos atingidos que vão se constituir os sujeitos da pesquisa, mas também no sentido de *organizing*, ou seja, o processo organizativo, ou melhor, o conjunto das práticas que vão caracterizar o processo de organizar (Czarniawska, 2008). Dessa forma, a organização ocorre por meio das ações realizadas pelos agentes heterogêneos, das estruturas que governam a ação e dos arranjos materiais que amparam a prática organizativa (Schatzki, 2006). Pode-se entender, portanto, que no presente estudo, o processo organizativo se conecta fortemente ao conjunto dos repertórios de ações coletivas movidas pelos sujeitos locais e mais amplamente, no âmbito do movimento local dos atingidos pelo empreendimento em questão.

No final da década de 1970, teve início a primeira organização dos atingidos por barragens. Enquanto a ditadura civil-militar retirava os direitos civis e políticos, começaram a surgir diversas organizações contrárias ao regime ditatorial. Nessa época, houve a crise mundial energética e muitos países centrais foram em busca de novas formas de geração de energia para

substituir a ausência de petróleo. Com isso, os países que apresentavam grande potencial energético foram alvos de estudos para a exploração de fontes de energia. Grandes empresas internacionais que demandavam muita energia elétrica estavam chegando ao Brasil. Dessa forma, o governo deu início à construção de grandes empreendimentos hidrelétricos em diversas regiões do país (MAB, 2011).

Entre os inúmeros problemas trazidos por esses empreendimentos, ressaltam-se as políticas compensatórias ou indenizatórias do setor elétrico, que se caracterizaram por ser excludentes, seguindo sua lógica própria, visto que obras ou inundações previstas nos projetos resultaram na expulsão de grande número de pessoas de seus locais de moradia e de trabalho. Essa situação se repetiu nas construções das hidrelétricas por décadas, provocando enorme insatisfação das famílias e demais atingidos. Tal situação motivou o surgimento de diversos grupos de resistência nos locais onde às obras estavam sendo instaladas. Como exemplos temos os casos das seguintes UHEs: Tucuruí na região norte, Itaipu na divisa do Brasil com o Paraguai, Sobradinho e Itaparica na região nordeste, Itá e Machadinho na região sul. Os atingidos dessas regiões criaram diversas organizações locais e regionais (MAB, 2011).

Essas, portanto são as primeiras motivações que levaram ao surgimento dos repertórios iniciais de ação coletiva, entre eles, as distintas formas de organizações locais, se estendendo para organizações regionais, nacionais e por último, para fóruns internacionais.

A noção de atingido diz respeito ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, “estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária” (VAINER, 2008, p. 40).

As experiências pioneiras dos atingidos por barragens que deram origem ao MAB, como fórum máximo nacional que congrega as mais diversas formas de ações coletivas originaram-se do movimento dos expropriados de Itaipu, seguido da organização dos atingidos pelo “Projeto Uruguai” no sul do Brasil e da organização dos atingidos pela hidrelétrica de Sobradinho na Bahia (SIGAUD, 1986). Entre essas experiências precursoras, ressalta-se o “Projeto Uruguai” que previa a construção de 25 hidrelétricas (SCHERER-WARREN; REIS, 2008). Os referidos autores expõem repertórios manifestos quanto a esse projeto, como por exemplo, um abaixo assinado envolvendo mais de um milhão de assinaturas, grandes romarias, a criação de um jornal e programas de rádio, assim como ocupações de acampamentos da empresa ELETROSUL construídos para abrigar engenheiros e técnicos das obras.

A Igreja Católica da Teologia da Libertação, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de seus agentes pastorais marcaram presença no processo organizativo dos atingidos pelas barragens, colocando à disposição dos grupos sociais, sua estrutura física para realização de eventos, reuniões e outras ações coletivas, e também oferecendo capacitação para a formação de lideranças (SCHERER-WARREN; REIS, 2008). A politização das barragens estimulada pela Igreja Católica também se manifestou por ações pontuais locais através de cruzeiros que foram fincadas nas delimitações territoriais dos empreendimentos (SCHERER-WARREN; REIS, 2008; FOSCHIERA, 2010).

Em 1989 a ação nacional de grande repercussão foi a iniciativa da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) em organizar o I Encontro dos Atingidos por Barragens, na cidade de Goiânia, com o objetivo de estabelecer trocas de experiências e constituir redes de contato entre organizações de atingidos de diversas regiões do país que estavam enfrentando as questões das hidrelétricas (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Nesse encontro foi criada a Coordenação Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens (CNPTAB), que serviu como motivação política para a criação de novas Comissões de atingidos e gerar desdobramentos em diversas regiões do país como: a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu (CRACOHX), em Altamira-PA; a

Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CATHU), em Tucuruí-PA; a Comissão de Atingidos por Barragens do Iguazu (CRABI), no Paraná; o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), em São Paulo; o Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, entre outros. Além disso, a CNPTAB foi responsável por disseminar o debate sobre as usinas hidrelétricas nas universidades e sindicatos, elaborar o primeiro informativo nacional dos atingidos por barragens e organizar em março de 1991, na cidade de Brasília, o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (FOSCHIERA, 2010).

Segundo Scherer-Warren e Reis (2008), a partir do Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, o Movimento dos Atingidos por Barragens institucionalizou-se como movimento nacional ampliando suas articulações políticas, o que se alinha à ideia de Tilly (2010) de considerar que um movimento social não se constitui apenas pelas formas de ação de seus demandantes, mas também pela articulação dessas ações com os objetos demandados e com o seu público alvo.

Os fóruns internacionais de debate são espaços de interação dos repertórios de ação coletiva do MAB. O IV Encontro de Ciências Sociais e Barragens que ocorreu na Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), município de Chapecó, estado de Santa Catarina, foi marcado pela articulação de diversas organizações latino-americanas, que conjuntamente criaram o Movimento dos Afectados por Represas Latino Americano (MAR) (MAB, 2016).

Essa nova articulação representada por 18 organizações de 12 países, surgiu para fortalecer a luta política de todos os atingidos por barragens na América Latina. Ademais, o MAR se torna uma ferramenta importante para a consolidação do paradigma latino americano e dos repertórios de ações coletivas do MAB - a sociedade civil se organizou em diferentes níveis associativos que foram estruturados com base em interesses, valores, conquista da cidadania, em que as ações e protestos sociais se tornaram manifestações simbólicas e pressões políticas, cujo foco desde o início tem sido gerar mudanças em prol de políticas públicas e sociais que não são apresentadas pelo Estado com seus empreendimentos.

4. METODOLOGIA

No tocante a delimitação temporal, a presente pesquisa leva em conta o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itapebi no município de Salto da Divisa em 1997 até a finalização da coleta dos dados empíricos no final de 2018. Com isso, foi possível resgatar os repertórios de ações dos atingidos pela barragem de Itapebi durante esse período, trazendo as experiências por eles vivenciadas ao longo desse tempo. Quanto à delimitação espacial, o estudo foi realizado no município de Salto da Divisa, Minas Gerais, tendo em vista que, apesar de ser o município cuja área inundada foi menor em relação a outros 3 municípios baianos, foi único em que os atingidos se organizaram em função das suas reivindicações.

A literatura a que se lançou mão foi localizada em campos disciplinares distintos, o que permitiu a construção de um arcabouço teórico-conceitual multidisciplinar para compor a fundamentação teórica do estudo. A presente pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, cujas fontes empíricas foram obtidas por meio de entrevistas realizadas com os sujeitos selecionados (quadro 1) os quais foram mapeados durante a pesquisa de campo realizada no município de Salto da Divisa - MG.

Quadro 1 – Configuração dos Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos	Data de Fundação / Abertura	Cargo/ Função	Quantidade de Atingidos*
Igreja Católica (Irmãs Dominicanas)	26/01/1993	Ministra Extraordinária da	-

		Comunhão Eucarística	
Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH)	18/09/1998	Representante	-
Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM) - Rádio Comunitária	15/11/1998	Presidente	-
Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa	04/02/2002	Presidente	88
Associação dos Pescadores de Salto da Divisa (APSD)	20/12/2002	Presidente	150
Associação de Pedreiros de Salto da Divisa	12/05/2003	Presidente	174
Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa (ACRUSALD)	01/05/2005	Representante	-
Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa (ACOES)	20/01/2010	Presidente	48
Colônia dos Pescadores de Salto da Divisa	05/02/2014	Presidente	110
Associação das Casas Danificadas	-	Presidente	553
Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa	26/11/2015	Coordenador	-

Fonte: Elaboração própria a partir do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ, 2019), Estatutos e entrevistas.
*Quantidade de atingidos em Salto da Divisa - MG, informada pelos sujeitos durante a pesquisa de campo e registrada em documentas

Os critérios para a escolha desses sujeitos foram os seguintes: tempo de atuação no município pesquisado; organizações que representam grupos sociais que se consideram diretamente atingidas pela barragem de Itapebi; organizações que apoiam os atingidos pela barragem de Itapebi; organizações e indivíduos que possuem conhecimento das demandas dos atingidos e têm envolvimento direto com suas reivindicações. Interessa a esta pesquisa o olhar dos atingidos e das entidades que interagem diretamente com eles no tocante às suas reivindicações. Esse critério de escolha está alinhado à ideia de “repertório”, que segundo Tilly (2006) trata de interações, relações entre grupos de atores, e não ações isoladas. Reitera o autor que o conceito é relacional, pressupondo uma interação entre várias partes.

A análise dos dados empíricos da pesquisa ocorreu por meio da abordagem interpretativa nos moldes de Gil (2008) em que foram definidas duas categorias de análise conforme o quadro 2. O referido autor decompõe o processo de análise dos dados em três fases: (1) redução dos dados; (2) categorização dos dados e (3) interpretação dos dados.

Em alinhamento à abordagem interpretativa proposta, as definições teóricas das categorias norteiam a interpretação do conteúdo dos dados recolhidos a partir das entrevistas com os sujeitos de pesquisa. Dentre as duas categorias definidas *a priori*, com base na literatura destacam-se subcategorias que emergiram no decorrer das entrevistas, como demonstrado no quadro que segue:

Quadro 2 - Categorias e Subcategorias

Categorias	Subcategorias
Organização	a) Caracterização e Protagonismo das instituições que apoiam os atingidos na organização dos mesmos; b) Processo organizativo local dos atingidos.
Repertório de Ações Coletivas	a) Ações coletivas apresentadas pelas associações de atingidos e pelas instituições locais que os apoiam; b) Avanços e desafios dos repertórios de ações coletivas na articulação entre as associações de atingidos e as instituições que os apoiam.

Fonte: Elaboração própria.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Uma breve caracterização do empreendimento e primeiros contatos na localidade

O aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi está localizado no rio Jequitinhonha, extremo sul da Bahia, a 8 km da cidade de Itapebi-BA e a 118 km da cidade de Belmonte-BA. O local onde foi instalada a usina hidrelétrica fica a 619 km de Salvador e 902 km de Belo Horizonte. O principal acesso ao empreendimento se dá através da BR-101 que faz ligações com cidades que possuem aeroportos na região como Ilhéus e Porto Seguro, distantes 200 km e 110 km, respectivamente da usina, conforme consta do Estudo de Impacto Ambiental da UHE Itapebi elaborado pela ENGEVIX (1995).

Na década de 60 começaram os primeiros estudos no Baixo Jequitinhonha a fim de viabilizar a construção desse empreendimento hidrelétrico. Durante muito tempo FURNAS estudou essa região e interrompeu suas atividades, transferindo-as para a CHESF que aproveitou todo o material herdado de FURNAS e, em 1989, atualizou e reelaborou o material, dando origem a revisão dos Estudos de Inventário, que foi concluída pela ENGEVIX no ano de 1991 conforme o EIA da UHE Itapebi (ENGEVIX, 1995).

Em 1998 quando o consórcio formado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e a empresa Neoenergia ganhou a licitação para explorar o aproveitamento hidrelétrico de Itapebi, foi criada a empresa Itapebi Geração de Energia S.A para operacionalizar a UHE Itapebi. Em abril de 1999, a empresa obteve a concessão de uso de bem público para a UHE Itapebi, além da autorização para implantar o sistema de transmissão de interesse restrito da central geradora. A construção começou em 1999 e foi concluída em 2003, quando a usina entrou em operação (ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., 2018).

A Igreja Católica, principal protagonista na organização inicial dos atingidos relatou que não houve iniciativa da empresa para abordar diretamente a população sobre o empreendimento. Ela procurava a prefeitura para falar sobre a construção da hidrelétrica. Nesse sentido, explicou que, a Igreja, juntamente com o GADDH “impuseram” essa aproximação com o intuito de mostrar para a empresa que na localidade havia um povo organizado que lutava pelos direitos humanos.

A Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa reforça essa ação do GADDH:

(...) tudo foi conseguido com o grupo de defesa de direitos humanos (...). Não sabia o que era isso, então quando o grupo sabia e reconhecia, e sabia que eles só vinha pra destruir (Entrevista com presidente da Associação Comunitária das Lavadeiras de Salto da Divisa em 22 de novembro de 2018).

A empresa tentou aproximação com a Rádio Comunitária com a ideia de realizar anúncios sobre a construção da UHE para a população. Contudo, a mesma recuou ao perceber que esse veículo de comunicação estava ligado à Igreja Católica (Irmãs Dominicanas) e ao GADDH.

(...) ela tentou aproximar, mas quando percebeu que as irmãs dominicanas e o GADDH, que é o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos que tava à frente, eles deram uma recuada, porque eles acharam que aquele veículo lá como diz o dito popular, era “a casa da mãe Joana” e eles pegaram um grupo organizado, então eles deram uma recuada (...) (Entrevista com representante da Associação Comunitária de Comunicação em 20 de novembro de 2018).

Segundo relato da Associação Comunitária dos Extratores de Salto da Divisa, a aproximação com os extratores ocorreu quando a ENGEVIX, empresa responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental foi realizar o cadastramento de algumas pessoas para serem indenizadas monetariamente em decorrência da perda da atividade desse segmento. Todavia, foi relatado que nesse cadastramento nem todos foram incluídos e que a indenização havia sido irrisória.

A Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa relatou que os fazendeiros, por sua vez, donos das terras próximas às comunidades rurais estavam a favor do empreendimento por perceberem que beneficiaria suas terras e não deram nenhum apoio aos agricultores familiares.

5.2 A organização dos atingidos pela barragem de Itapebi

Com base nos dados coletados nas entrevistas a Igreja Católica como primeira protagonista, estimulou a criação de duas entidades de suma importância que serviram de suporte aos atingidos: o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GADDH) e a Associação Comunitária de Comunicação, popularmente conhecida como Rádio Comunitária “A Voz do Povo”. Essas entidades desempenharam o papel de organizações alternativas, conforme conceitua Misoczky (2010). Em 1997, quando houve a audiência pública para anunciar as áreas que seriam inundadas com a construção da barragem de Itapebi, e que, embora localizada nesse município baiano, o empreendimento iria também atingir o município mineiro de Salto da Divisa, num primeiro momento, as mencionadas organizações foram responsáveis por alertar os atingidos da localidade a respeito dos possíveis impactos sociais e ambientais que essa construção poderia causar. O relato a seguir mostra como se deu o apoio da Igreja nesse início:

O papel da igreja foi com irmã Rosa (dominicana) que tomou assim a iniciativa de proteger os atingidos, né. Então ela trabalhou muito, ela viajou muito, ela foi a lugares onde tinha barragem, aonde tinha construção de barragem, ela foi pra ver qual, qual foi o resultado aos atingidos. Então lá onde ela, ela foi, como Dalva também foi. É, elas viram assim uma situação muito dramática porque os atingidos não foram atendidos como os empresários, os construtores da barragem prometeram. Então elas foram se organizando e entraram em contato com a Odebrecht, que é a empresa que construiu a barragem e foi trabalhando com eles, foi muito penoso pra elas, viu. A igreja deu apoio aqui nessa situação, porque elas viram a situação de lugares onde tinha barragem que não foi como eles prometeram (Entrevista com ministra extraordinária da comunhão eucarística da Igreja Católica em 24 de janeiro de 2018).

Em reconhecimento ao seu trabalho em defesa e apoio aos direitos humanos, o GADDH foi escolhido como mediador entre os atingidos e a empresa que se apresentava como responsável pelo empreendimento, desde que foi anunciada que a construção da hidrelétrica iria atingir localidades de ambos estados, mineiro e baiano. A Rádio Comunitária exerceu importante papel na organização dos atingidos pela barragem, oferecendo espaço às suas reivindicações, divulgando informações de seu interesse e estreitando os canais entre os atingidos e a população como um todo.

Com a construção da hidrelétrica de Itapebi, registrou-se, através dos relatos dos entrevistados o número de 1.123 pessoas que foram diretamente atingidas, do universo de 6.859 habitantes de Salto da Divisa (IBGE, 2010). Esse número, apesar de ser expressivo, nos remete ao debate sobre a noção de atingidos conforme argumenta Vainer (2008) que não se restringe apenas a indenizações por perdas materiais, por esta noção carregar consigo aspectos mais amplos de justiça social e também relacionados a questões culturais e simbólicas, na percepção dos atingidos e que não considerados nos EIAs e RIMAs.

Por causa das inundações, as “lavadeiras do Jequitinhonha” perderam o seu espaço de trabalho e lazer no rio Jequitinhonha; os pescadores perderam sua forma artesanal de pescar assim como o próprio pescado que foi drasticamente reduzido com o desaparecimento de várias espécies. Agricultores familiares tiveram que migrar para outras localidades por terem suas terras inundadas, deixando para trás seus laços sociais. Os extratores de pedra, areia e fazedores de bloco tiveram encerradas suas atividades em decorrência do desaparecimento da matéria

prima. Como consequência os pedreiros tiveram que enfrentar o desemprego por causa do encerramento das atividades dos extratores. Muitas casas foram danificadas com infiltrações e rachaduras provocadas pela construção das obras e formação do reservatório. O lazer e turismo local oferecido pelas Cachoeiras do Tombo da Fumaça e seu entorno se encerraram com a inundação dessas áreas.

Devido a esse quadro geral dos efeitos da UHE Itapebi, os atingidos foram se organizando para apresentarem suas demandas frente aos responsáveis pelo setor elétrico na localidade. Essas demandas se fizeram através de ações coletivas apoiadas pela Igreja Católica, GADDH e Rádio Comunitária que redundaram na criação da associação dos pescadores, das lavadeiras, dos extratores de pedra areia e bloco, dos pedreiros, das comunidades rurais e a das casas danificadas. O conjunto dessas práticas coletivas está alinhado a ideia de processo organizativo/*organizing* de Czarniawska (2008). Ademais, essas associações também são organizações alternativas conforme Misoczky (2010). O relato a seguir mostra que a associação de pescadores foi uma das primeiras a serem criadas e que, pelo intermédio dela, outras associações vieram a surgir ao longo dos anos, conforme mostra o quadro 1.

Olha, a associação de pescadores de Salto da Divisa, ela é uma pioneira. Foi por intermédio dela que desenrolou todo o processo de, dos impactos, de reconhecimento dos impactos. Aí por intermédio dela veio as associações das lavadeiras, foi criada a associação dos pedreiros, dos extratores de pedra e areia, né. Até, até a associação pegou uma causa bem do próprio município que englobou essa questão aí, pra... É... dá prosseguimento nos processos. Então as associações de pescadores, ela, ela, nesse sentido das, das, é, principais, né? (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 21 de janeiro de 2018).

Conforme afirma Lüchmann (2016), o associativismo é de importância crucial para gerar consciência coletiva e mobilizar para a ação. A prova disso é a quantidade de associações que foram criadas e ainda são existentes em Salto da Divisa e o envolvimento das mesmas com o Movimento do Atingidos por Barragens.

O apoio da Igreja Católica sempre ocorreu de forma conjunta com o GADDH e a Rádio Comunitária. Em 2015, quando já havia uma forte organização local, representantes do MAB nacional se fizeram presentes no evento regional “Festival de Cultura da Popular do Vale do Jequitinhonha” que ocorreu no município de Salto da Divisa. Nessa ocasião, houve uma aproximação maior entre a organização local dos atingido e o MAB.

5.3 Repertórios de ações coletivas dos atingidos pela barragem de Itapebi

As primeiras ações coletivas dos atingidos pela barragem de Itapebi no município de Salto da Divisa iniciam-se em meados da década de 1990 com a participação da Igreja Católica, do GADDH, da Rádio Comunitária e dos grupos sociais locais que se articularam e promoveram reuniões, petições públicas, passeatas, audiências públicas entre outros repertórios, igualmente importantes na organização associativa dos atingidos na localidade. Essas articulações motivaram a criação de associações locais relatadas no tópico anterior. Portanto, o associativismo configura-se como o ponto de partida da organização local dos atingidos, no conjunto dos repertórios de ações coletivas nos moldes de Tilly (2010).

A Igreja Católica relata que a empresa chegou à localidade que seria inundada pela barragem de Itapebi para derrubar as casas, para deixar a área livre para as primeiras obras. No entanto, os moradores se posicionaram em frente às máquinas para impedir a demolição de suas casas sem que antes soubessem para onde seriam realocadas.

Além disso, foi registrado em depoimento que os atingidos haviam organizado um abaixo assinado, outra relevante ação coletiva, para a aprovação de uma lei municipal e outra lei estadual que visavam proteger das inundações as cachoeiras do Tombo da Fumaça, exigindo limites na capacidade de inundação da hidrelétrica e do seu processo de licenciamento

ambiental. Muito embora essas leis tivessem sido revogadas posteriormente, toda a mobilização que envolveu os atingidos serviu como importante aprendizado no processo de organizar e para mostrar a força dos repertórios de ação locais.

Abaixo assinado nós fizemos vários abaixo assinados aqui, vários. Saímos de casa em casa, batendo de porta em porta pedindo apoio pro povo, e ele apoiava em tudo o que a gente precisava. Saia nas ruas, nas caminhadas, no grito dos excluídos, tantos participavam. Nos ajudavam (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

No conjunto de repertórios apropriados pelos atingidos, as reuniões foram e continuam sendo as que mais contribuem na sua organização. A Associação de Pescadores de Salto da Divisa relata que no início foram mais de duzentas reuniões bastante duradouras que foram realizadas ao longo dos anos:

Foi duzentas e tantas reuniões. Reuniões que começava cinco da tarde e terminava lá por volta de meia noite, meia noite e meia né, ou começava sete da manhã e termina por volta de meia noite, meia noite e meia. Geralmente era assim. Só a fim de esclarecer pra nós sobre a questão dos impactos ambientais que uma hidrelétrica causaria, e... por nós não ter conhecimento, muito de nós duvidaram até da existência disso (Entrevista com presidente da Associação dos Pescadores de Salto da Divisa em 25 de novembro de 2018).

Diversas reuniões e audiências públicas ocorreram para definição de como e onde seriam realocadas as pessoas atingidas. O GADDH teve acesso ao mapa que a empresa elaborou para construção de um novo bairro e apresentou aos ribeirinhos. Entretanto, ninguém concordou com o formato de casa que seria construído pelo fato de ser bem inferior às moradias anteriores ao empreendimento.

Outra luta, tornamos a reunir o povo e nos trouxeram já o mapa deles, a planta feita, ahn, ahn. Ninguém aceitou, olha, não vamos aceitar dessa forma não, porque minha casa era assim, minha casa era assado, meu quintal era assim..., eles queriam colocar tudo geminado, né? Não, nós aceitamos! aceita, não aceita e mais audiência... (Entrevista com representante do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos em 26 de novembro de 2018).

Após inúmeras reivindicações e fiscalização dos atingidos a empresa construiu um novo bairro com 80 casas denominado pela população de Bairro Vila União.

O tempo foi passando, é... aí a gente foi é, pegando experiência mais através dos, do pessoal dos direitos humanos, viu. Aí chegou onde a gente conseguimos 80 casas ali do Vila União, aquela foi que construíram para o pessoal que morava na área atingida. É atingida hoje, cê entendeu? Conseguimos 80 casas, viu. E através do GADDH é que a gente fazia, a gente não tinha experiência, né, mas fazia essas vistorias através de muita briga com a usina, a gente fazendo essas vistorias, cê entendeu? E... tamos aí, viu? (Entrevista com presidente da Associação das Casas Danificadas em 28 de novembro de 2018).

Os dados da pesquisa mostram que as ações coletivas empreendidas pelos atingidos não se limitaram ao nível local, registrando-se uma mobilidade dos atingidos que participaram de manifestações, reuniões e audiências públicas fora da localidade para apresentar as suas demandas e apoiar as de atingidos por outras barragens. A Associação das Casas Danificadas relata que os atingidos participaram e participam de manifestações em outras cidades, a exemplo da cidade de Mariana, Brasília, entre outras. Além disso, estiveram presentes no 8º Encontro Nacional do MAB que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em 2018.

...Teve um encontro fora, igual na barragem de Mariana, foi pessoal daqui foi. É, teve encontro em Brasília, foi gente daqui. No Rio de Janeiro mesmo foi gente daqui cê entendeu? O povo tá participando e buscando mais, é... maneira de a gente tá aprendendo cada vez mais com o pessoal lá fora, né. (Entrevista

com presidente da Associação das Casas Danificadas em 19 de janeiro de 2018)

Os repertórios de ações coletivas utilizados pelos atingidos foram importantes para estimular a criação de outras organizações na localidade, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), da Comunidade Quilombola Braço Forte e da Comunidade Tradicional Cabeceira da Piabanha. O Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos e a Associação Comunitária de Comunicação relataram que a articulação entre todas as organizações é de extrema relevância para fortalecer a organização local e que, na composição dos membros dessas novas organizações, fazem parte representantes dos atingidos e entidades que os apoiam, facilitando assim, o elo de interação entre as organizações.

6. CONCLUSÃO

O principal objetivo dessa pesquisa foi identificar os repertórios de ações coletivas dos atingidos pela barragem de Itapebí e o seu papel no processo organizativo desses atingidos a partir da experiência de Salto da Divisa – MG.

Para chegar a esse objetivo realizou-se uma revisão da literatura em diversos campos disciplinares o que permitiu a construção do arcabouço teórico-conceitual do estudo assim como foram realizadas entrevistas no local do empreendimento e também consultas a documentos.

A análise dos dados empíricos da pesquisa se deu por meio da abordagem interpretativa nos moldes de Gil (2008) em que foram definidas duas categorias de análise, quais sejam: organização e os repertórios de ações coletivas. Em alinhamento à abordagem interpretativa proposta, as definições teóricas das categorias nortearam a interpretação dos dados recolhidos a partir das entrevistas com os sujeitos da pesquisa. Dentre as duas categorias definidas *a priori*, destacam-se subcategorias que emergiram no decorrer das entrevistas.

Foi possível identificar que a Igreja Católica foi a primeira organização protagonista e também responsável por estimular a criação de outras duas de suma importância que serviram de suporte aos atingidos como o GADDH e a Rádio Comunitária. Num primeiro momento, essas organizações foram responsáveis por representar e acompanhar os atingidos nas suas reivindicações frente a barragem de Itapebí. A partir de 2015, o Movimento dos Atingidos por Barragens (esfera nacional) passou a absorver e encaminhar as reivindicações e demandas locais dos atingidos pela Barragem de Itapebí. Também foi possível identificar que, devido à necessidade dos atingidos apresentarem suas demandas específicas frente à hidrelétrica de Itapebí, essas se fizeram através de ações coletivas que redundaram nas inúmeras associações criadas.

Observou-se que as ações coletivas dos atingidos no município de Salto da Divisa iniciam-se em meados da década de 1990 com a participação da Igreja Católica, do GADDH, da Associação Comunitária de Comunicação e dos grupos sociais locais atingidas que se articularam e promoveram reuniões, petições públicas, passeatas, audiências públicas entre outras ações, igualmente importantes na organização associativa dos atingidos na localidade. Essas articulações motivaram a criação de associações locais, destacando-se a de pescadores, a de lavadeiras, a de extratores de pedra areia e bloco, seguida da associação das comunidades rurais e das casas danificadas. A pesquisa sinaliza a importância dos repertórios de ações coletivas em várias situações como a aprovação de duas importantes leis, mesmo que mais tarde revogadas, mostrando a importância de organizar. Além disso, os resultados da pesquisa mostram que, no conjunto dos repertórios de ações coletivas apropriados pelos atingidos, as reuniões foram e continuam sendo um repertório de grande peso na organização dos atingidos, pois favoreceram a criação das associações. Ademais foi identificado que um dos principais avanços dos atingidos resultantes dos repertórios foi a construção de um novo bairro para a

população que estava prestes a perder a possibilidade de novas moradias no local e nos moldes que elas desejavam.

A pesquisa conclui, com base nos resultados apontados, que através dessa experiência local, vivenciada ao longo de mais de vinte anos pelos envolvidos, os repertórios de ações coletivas tiveram e ainda têm um papel fundamental na articulação dos atingidos frente à barragem de Itapebi no que se referem às questões indenizatórias propostas pela empresa, e podendo colaborar para a efetivação de políticas públicas governamentais como a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que deverá desempenhar um importante papel de absorver as demandas das populações locais atingidas por barragens, com o potencial de resolver conflitos provocados pelo setor elétrico e suas concessionárias os quais se arrastam ao longo de décadas pelo país.

A pesquisa confirma que os repertórios de ações coletivas no processo organizativo dos atingidos pela barragem de Itapebi se constituem importantes pilares para o fortalecimento do MAB, corroborando a força do protagonismo local capaz de sustentar ao longo de décadas as motivações políticas dos atingidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRUSALD - Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa. **Estatuto da Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa**. Sede Comunidade Rural da Ilha Paraíso -Zona Rural-Salto da Divisa-MG e foro Comarca de Jacinto- MG, 2005.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito em **Sociologia & Antropologia**. v. 02, nº03, p. 21–41, 2012.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. **Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST**. 2015 Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>> Acesso em 6 de jun. de 2018.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: Mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. **Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**. Disponível em: <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao2.asp> Acesso em 05 de janeiro de 2019.

CZARNIAWSKA, Barbara. Organizing: How to study it and how to write about it. **Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal**, 3(1), 4-20, 2008. <http://dx.doi.org/10.1108/17465640810870364>

ENGEVIX. AHE Itapebi: Estudo de Impacto Ambiental. Empresas Petroquímicas do Brasil S.A. Salvador, 1995.

GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos. **Estatuto do Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos**. Sede Salto da Divisa – MG e foro Comarca de Jacinto- MG, 1997.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. Conhecendo a trajetória de organização dos Atingidos por Barragens. **Caminhos de Geografia**, v. 11, n. 36 p. 113 – 128, Uberlândia, dez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/salto-da-divisa/historico>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2018.

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. **História**. Disponível em: <www.itapebi.com.br> Acesso em: 19 de fevereiro de 18.

LÜCHMANN, Lígia Helena H. **Associativismo e Democracia: um estudo em Florianópolis**. Ed. da UFSC, 133 p., 2016.

- LÜCHMANN, Lígia Helena H.; SCHAEFER, Márcia I.; NICOLETTI, André S. Associativismo e repertórios de ação político-institucional. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 2, maio-agosto, 2017.
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. 2011. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/historia>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. Cartilha **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/publicacao/cartilha-da-pol-tica-nacional-dos-direitos-das-popula-es-atingidas-por-barragens-pnab>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.
- MISOCZKY, Maria Ceci.; FLORES, Rafael Kruter; Steffen Böhm. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. O&S. **Organizações & Sociedade**, v. 15, p. 181-194, 2008.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In: Maria Ceci Misoczky; Rafael Kruter Flores; Joysi Moraes. (Org.). **Organização e Práxis Libertadora**. 1ed.Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010, v. 1, p. 13-56.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, n. 76, p. 11-48, 2009.
- SCHATZKI, Theodore R. On organizations as they happen. **Organization Studies**, 27(12), 1863-1873, 2006. <http://dx.doi.org/10.1177%2F0170840606071942>
- SCHERER-WARREN, Ilse.; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes, p. 64-82. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.
- SERVA, Maurício. O Fenômeno das Organizações Substantivas. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 33, n. 2, mar - abr, p.36-43, 1993.
- SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. 116 p. (Comunicação n. 9).
- TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião pública**, v. 18, n. 2, p. 399-426, 2012.
- TEIXEIRA, Maria Gracinda Carvalho. **Energy Policy in Latin America – social and environmental dimensions of hydropower in Amazonia**. UK: Avebury, 1995.
- TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. New.York: Newbery Award Records, 1978.
- TILLY, Charles. **Regimes and repertoires**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 133-160, 2010.
- VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.